

## **A (In)Visibilidade da Juventude nas Políticas Públicas e nas Relações Sociais: A Contribuição do Teatro como Estratégia Metodológica no Reconhecimento de Sujeitos de Direitos.**

Adriana Hinschinck Oliveira<sup>1</sup>, Jamille de Freitas Serres<sup>2</sup>, Giovane Antônio Scherer<sup>3</sup>, Sílvia da Silva Tejadas<sup>4</sup>, Prof.<sup>o</sup>. Dr. Francisco Arseli Kern<sup>5</sup>, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Krieger Grossi<sup>6</sup>, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Beatriz Gershenson Aguinsky<sup>7</sup> (orientadora).

*Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH)*

### **Resumo**

A pesquisa apresentada é um estudo qualitativo sobre a (in) visibilidade da juventude nas políticas públicas e nas suas relações sociais, investigando as possibilidades do teatro, entendido enquanto uma estratégia metodológica, em contribuir para o reconhecimento da juventude como sujeito de direito. Tal proposta tem como objetivo principal investigar como se manifesta a (in) visibilidade da juventude nas políticas públicas e nas suas relações sociais, tendo um recorte especial para jovens moradores de uma das regiões de maior vulnerabilidade social do município de Porto Alegre/RS - o Bairro Bom Jesus. Através dos resultados pretende-se contribuir com subsídios para políticas públicas destinadas à juventude e para a ampliação do protagonismo<sup>8</sup> da juventude na luta por reconhecimento de seus direitos.

Em um contexto onde se acirram os processos de violação de direitos humanos necessita-se voltar o olhar para um dos segmentos mais vulnerabilizados pela atual

---

<sup>1</sup> Aluna da graduação da Faculdade de Serviço Social/ PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica BPA/PUCRS. Integrante do GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>2</sup> Assistente Social colaboradora do GEPEDH/ FSS-PUCRS como apoio técnico.

<sup>3</sup> Assistente Social. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculado ao GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>4</sup> Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculado ao GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>5</sup> Professor e Coordenador de Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Pesquisador associado ao GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>6</sup> Professora de graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela University of Toronto. Pesquisador associado ao GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>7</sup> Professora e Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora do GEPEDH/ FSS-PUCRS.

<sup>8</sup> O protagonismo é definido como uma "participação autêntica". Ou seja, o protagonismo pressupõe a criação de espaços e de mecanismos de escuta e participação. Para isso, é preciso conceber os adolescentes como fontes e não simplesmente como receptores ou porta-vozes daquilo que os adultos dizem ou fazem com relação aos adolescentes. (Costa, 2000)

conjuntura, sendo este a juventude. Esta vulnerabilidade<sup>9</sup> se evidencia pelas atuais expressões da questão social que afetam este segmento, quer pela falta de perspectivas de inserção no mundo do trabalho, quer pela ausência de políticas sociais de caráter universal que considerem as demandas por direitos da juventude em sua heterogenidade. De modo geral, os jovens passam despercebidos pelas estruturas do Estado, sendo muitas vezes excluídos por não corresponderem aos “padrões de comportamento” desejado pela sociedade, consolidando a negação do direito ao acesso de bens e serviços socialmente produzidos. Desta forma percebe-se uma (in) visibilidade juvenil, uma vez que as políticas públicas destinadas a esta população são seletivas e não absorvem todas as suas demandas. Faz-se necessário então, pensar Políticas Públicas que dêem conta desta demanda e que realmente possam materializar direitos em um contexto de violações.

Busca-se, portanto, analisar as principais políticas públicas destinadas para a juventude na cidade de Porto Alegre/RS, por meio de informações identificadas através de reuniões com o representante da Secretaria de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre e do Núcleo de Políticas Sociais Programa Infância e Juventude Protegida e com o gerente de projetos da Secretaria Municipal da Juventude, realizadas nos meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Nestas ocasiões também foram disponibilizados materiais para consulta. No mês de abril, participamos da reunião realizada pela Rede Leste, onde apresentamos brevemente a pesquisa para os demais serviços e agendamos uma nova apresentação em que serão divulgados os dados já coletados para que sejam discutidos com a rede. As principais políticas públicas destinadas para a juventude, identificadas até o momento, serão utilizadas nas atividades com os jovens e na elaboração de uma cartilha, que será distribuída aos jovens posteriormente.

Nesta mesma perspectiva, está sendo realizado um grupo com cerca de 30 jovens com idades entre 15 a 29 anos, alunos da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, localizada na Vila Fátima, no Bairro Bom que, como já dito anteriormente, se constitui em uma das regiões mais vulneráveis da cidade de Porto Alegre. Nestes encontros discutem-se Direitos Humanos e Políticas Públicas, procurando identificar as demandas por reconhecimentos de direitos humanos desta juventude, visando também observar como que se processam as relações sociais deste público. Busca-se desencadear os debates através do

---

<sup>9</sup> A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social da instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a “desfiliação” (Castel, 1997, p.26).

teatro, uma vez que a prática do teatro traz, para além da sensibilidade e do imaginário presente em todas as artes, uma forte implicação do corpo em uma prática coletiva e uma relação com as linguagens, uma vez que o teatro possibilita a visibilização de opressões e o ensaio para a prática política (BOAL, 2005).

Visando compreender sua realidade social bem como identificar os processos de garantias e/ou violação de direitos que constituem sua experiência social, bem como a percepção dos jovens a este respeito, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas ex-ante, isso é, no início da pesquisa, com os jovens participantes; bem como será realizada uma entrevista ex-pós, no final do estudo para avaliar o impacto das discussões realizadas nos encontros para os jovens no âmbito de seus processos sociais. Pretende-se ao final da pesquisa construir com os jovens uma peça teatral com a temática Direitos Humanos e Políticas Públicas a fim de sistematizar as discussões que ocorreram junto ao grupo, bem como, colocar em pauta na sociedade a discussão sobre as Políticas públicas destinadas para a juventude.

A partir da pesquisa documental realizada, foram encontrados, até o momento, um número insignificante de programas e serviços que atendam a juventude de Porto Alegre. Dentre os achados, destaca-se que a maioria advém do âmbito federal, como o PROJOVEM, por exemplo. Além disso, os programas existentes possuem um caráter paliativo, atendendo em grande parte ao público adolescente, não alcançando a categoria da juventude.

Os achados preliminares da pesquisa apontam para a necessidade de conceber-se e materializar-se políticas públicas que abarquem as demandas por direitos da juventude. Percebe-se que o teatro carrega um forte potencial metodológico para viabilizar espaços que possibilitem a efetiva participação dos jovens na discussão de seus anseios, experiências e problematização de seu cotidiano, sendo uma alternativa para que estes venham a se visualizar como protagonistas de seu processo de desenvolvimento e sujeitos de direitos.

### **Referências**

- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.
- CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis Eduardo e BELFIORE, Maria Ângeal (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, SP: EDUC, 2000.
- PACHECO, Natércia, CALDAS, José, & TERRASÊCA, Manuela (Orgs.) (2007). *Transgressões disciplinares: Teatro/escola*. Porto: Afrontamento/CIIE.